



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 17 DE AGOSTO DE 1995

Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, Senador José Serra; Senhores Ministros de Estado; Senhores Governadores e Vice-Governadores dos Estados do Norte e do Nordeste; Senhores Senadores; Senhores Deputados Federais; Senhores Prefeitos; Senhor Presidente da Caixa Econômica, Dr. Sérgio Cutolo; Senhora Anna Maria Peláez, Secretária Executiva do Programa Comunidade Solidária; Senhores Membros do Conselho Curador do FGTS; Senhora Secretária de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, e de Política Urbana; Senhor Secretário Cícero de Lucena; Senhores Prefeitos que aqui estão; Senhoras; Senhores,

Já começa a ser freqüente o fato de nós nos encontrarmos, Governadores, Prefeitos, membros da Administração Federal, para, juntos, concretizarmos as mudanças pelas quais o Brasil, eu não digo nem mais que anseia, tem urgência. Disse o Governador Arraes, reafirmando palavras do Ministro Serra, que nós estamos, na prática, mudando o modo de administrar.

No fundo, a reforma do Estado, na qual estamos tão empenhados, não se compõe apenas de um conjunto de emendas constitucionais que

enviaremos ao Congresso. Delas demos conhecimento aos Governadores que aqui se encontram e deles obtivemos o apoio. Mas isso não se limita a uma modificação constitucional e tampouco ao aprimoramento de leis, embora sejam muito importantes. Reitero a importância que o Governo Federal dá a ela. Encontro aqui o apoio solidário dos Governadores. Reitero aos Senhores Deputados e Senadores que essa reforma é fundamental para a continuidade da reforma fiscal e do bom desempenho da administração pública no Brasil.

Mas não é suficiente. Nós temos que mudar as mentalidades e as práticas. E isso não depende apenas da lei nem apenas da reforma constitucional. Depende do nosso comportamento. Eu sei, porque conheço os estados. Em muitos estados da Federação, já existe esse espírito novo que o Governador Arraes mencionou aqui. Já não se considera mais a Administração Pública como se fosse o domínio cerrado do Estado. Ela é pública. Ela engloba também a sociedade. E, quanto mais houver porosidade e capilaridade entre a sociedade e o Estado, para que a administração seja efetivamente pública, melhor será para o povo e para o País.

Essa é a grande transformação pela qual o Brasil passa hoje. O Brasil – eu digo há algum tempo – já mudou. Não é que ele vai mudar: ele já mudou, nas suas expectativas, já mudou no modo como a população julga e encara as pessoas. Já há um novo Brasil. Mas nós precisamos consolidá-lo. E a consolidação desse novo Brasil depende de que se compreenda que há práticas novas em andamento e que essas práticas novas não podem ser a consequência de um gesto de império. Não porque o Presidente da República tenha qualquer preocupação quanto a tomar posições, medidas e decisões, porque o faz todos os dias com naturalidade. Não é por isso. É porque, no mundo contemporâneo, ou há o convencimento, e, então, existe uma dominação, uma autoridade legítima; ou, quando se pensa que há imposição por um gesto de império, patético, ou por uma bravata, tem-se apenas a desilusão, no dia seguinte, de fazer-se uma representação vazia, porque não há consequência no comportamento das pessoas. Não é assim que se governa. Governa-se discutindo e convencendo e, aqui e ali, modificando, até mesmo, a decisão.

Vejo com muita freqüência que o Governo recua aqui e acolá. Vejo pela imprensa, muitas vezes, decisões que não foram nem tomadas ou que foram mal expostas por vários setores, e, no dia seguinte, o Governo recua. Isso não me preocupa, se o caminho for o certo. A preocupação correta é de saber se nós estamos pavimentando, efetivamente, uma mudança no Brasil. Isso se faz através de atos concretos, como este aqui.

Pedi ao Governador Arraes que se estendesse essa mesma prática a outros Ministérios. Eu posso lhes assegurar, Senhores Governadores, que é o que nós estamos fazendo. Nos vários setores da administração onde cabe efetivamente uma modificação desse tipo nós a estamos fazendo, sem alarde, mas com muita persistência.

E estamos com uma preocupação bastante clara de que é dever do Governo, dos governos, atender, sobretudo, às populações mais carentes. Este programa que aqui está – e eu tenho os dados – vai alcançar as populações mais carentes. Dos mais carentes do déficit habitacional do Brasil, 48% correspondem a famílias com até três salários mínimos e 42% entre três e doze. Nós, aqui, estamos preocupados, basicamente, com aqueles de até três salários mínimos. Isso não é exclusivo. E os dados do Brasil são sempre impressionantes, porque nós sempre precisamos de muitos zeros para expressar a nossa realidade – infelizmente, de muitos zeros, também, para obter recursos para fazer frente a essa realidade. Mas os dados são claros.

À Região Norte, por exemplo, são destinados 171 milhões de reais. Pois bem! No Pro-Moradia, são 28 milhões de reais, *grosso modo*, para 11 mil famílias. Na carta de crédito, 32 milhões, para 5 mil famílias. No Pró-Saneamento, 105 milhões para 102 mil ligações, que alcançam 510 mil famílias. Isso é um pequeno começo, e, nesse pequeno começo, eu tenho que me expressar em números que dão isto: 510 mil famílias serão beneficiadas. Multiplique-se esse número por cinco, modestamente, nessa Região do Norte e Nordeste – pode multiplicar por mais de cinco –, e ver-se-á quantos milhões de pessoas são alcançadas por programas dessa natureza.

No que diz respeito ao Nordeste, são quase 600 milhões de reais, de novo, no Pró-Moradia, 120 milhões para 47 mil famílias. Na carta de

crédito, 116 milhões para 16 mil famílias. No Pró-Saneamento, 332 milhões para 330 mil ligações, alcançando 1 milhão e 650 mil famílias. Aí, vão ser quase 10 milhões de pessoas.

Como destinar esses recursos? No passado, já mais remoto, pela ligação política, pela subserviência, buscava-se isso através da concessão de favores e de verbas. A isso se referiu o Ministro Serra, quando disse que o Governo Federal abre mão de um poder, poder podre, que eu não quero. Porque esse é o poder da corrupção, é o poder da subserviência política, e, com ela, vem sempre a corrupção daqueles que vão prestar os favores, que vão articular ou fingir que estão articulando mecanismos para obtenção de resultados.

Esse poder não serve. Dele o Presidente da República abre mão com a maior alegria. Não é isso que interessa ao Brasil. O que interessa ao Brasil são programas nos quais a distribuição dos recursos é feita em função, primeiro, da carência; segundo – como disse o Governador Arraes, e como estamos fazendo –, de Conselhos, onde estão empresários, trabalhadores e Governo. E eu confio nos governadores e confio nos prefeitos, porque, eu confio no povo.

Hoje, o governador, o prefeito ou o Presidente da República que se afastar desse novo caminho será estigmatizado. E não vai se afastar. E os Conselhos dirão se as verbas vão ser destinadas mais a esse ou àquele município, igual ao critério do Comunidade Solidária, onde, realmente, a base é saber qual a comunidade mais pobre. E, quantas vezes, com legitimidade, vem um deputado me dizer: “Mas, meu Deus! Eu sou do seu partido, o meu município não entrou aí.” Não vai entrar, porque não é para isso que é feito esse programa. Não é para o meu partido nem para o deputado que me apóia. É para o povo. Porque nós temos que servir a ele. E é esse o critério. E, lá nos estados, os governadores vão ter que nos auxiliar na discussão, porque eles são instrumento básico e legítimo: o povo os elegeu, os escolheu. São legítimos representantes dos estados. E devem fazer o mesmo com os prefeitos; e buscar, então, a constituição desses mecanismos que acabem com o balcão da fisiologia. E, se aqui e ali houver algum desvio, em boa-fé, que se mostre o desvio, que se corrija o desvio.

É assim que se está mudando o Brasil. E não é virtude de um homem, de dez homens, de vinte homens. É do próprio Brasil, que já avançou.

Agora, há uma convivência natural. Mudanças não são feitas do dia para a noite. É um processo, como eu digo sempre. Então, aqui e ali, há dificuldades, há obstáculos, há limitações, mas nós vamos caminhando, nós vamos mudando.

Em poucos dias – como disse –, na segunda-feira, envio ao Congresso a reforma tributária e a reforma administrativa. E faço muita questão de dizer que a reforma previdenciária não está lá para ficar escondida num canto. Não. Peço aos deputados e aos senadores que analisem com os governadores, como eles já fizeram comigo, até para me ensinar, as dificuldades que têm, o porquê dessas reformas e por que é necessário não ceder à pressão imediata sem olhar o conjunto dos problemas. Nós precisamos, efetivamente, modificar certas práticas que, por mais que sejam positivas para um grupo pequeno de pessoas, são extremamente nocivas para o conjunto da população e para a possibilidade da Administração Pública no Brasil.

E nisso nós não podemos transigir. Nós vamos fazer as reformas, uma a uma. Vou me empenhar em todas elas, pedir o apoio dos deputados e dos senadores e tenho certeza de que os governadores estarão ao meu lado nisso, porque nós vamos convencer, não vamos apenas vencer. Já disse, inúmeras vezes, que etimologicamente convencer quer dizer “vencer junto”. Nós temos que vencer juntos, o povo e o Governo, removendo obstáculos, com coragem, sem demagogia, sem atropelos, sem ter que estar, a todo instante, praticando atos de autoridade e de arbítrio – de arbítrio, nunca –, mas com persistência e mostrando que as coisas são necessárias.

Quando os deputados e os senadores se debruçarem sobre a reforma da Previdência, vão ver que não é possível continuar – na área pública, especialmente – do jeito que nós estamos. Ainda hoje, recebi informações dos Governadores que aqui estão de que a folha de pagamento de seus estados cresce a taxas assustadoras, sem que eles possam fazer nada. É um crescimento vegetativo, 3% ao mês em certos casos. Multi-

plique-se isso e veja-se o efeito cumulativo. Não há reforma tributária capaz de suprir os recursos para isso. Não há. E crescem como? Aumentando as vantagens, aumentando o número daqueles que gozam de vantagens. Já me antecipo com um número, sem dizer de onde vem: num dos estados, há uma pessoa que, ao se aposentar, terá o seu salário multiplicado por quase cinco. Disse o Ministro Serra que é uma situação bíblica, de multiplicação de pães. Só que, lá, era de pão, para o povo comer; aqui é de vantagens, para o povo pagar.

Nós não podemos continuar aceitando isso, nós não podemos continuar aceitando que haja uma canalização crescente dos escassos recursos públicos para poucas mãos. Vou dar mais um dado: no orçamento da União do ano que vem, que o Ministro Serra está preparando, nós vamos ter, para pessoal, 40 bilhões de reais – 40 bilhões de reais! Pessoal, no caso, significa funcionários em atividade e inativos. O total da União é de cerca de 1 milhão e 100 mil. Não pensem os senhores que é um número muito grande.

Na administração direta, há 570 mil funcionários. O Estado de São Paulo deve ter perto de 1 milhão de funcionários. Não é um número grande. Quando se multiplica pelos aposentados, isso dobra: dá 1 milhão e 100 mil. São 40 bilhões, que correspondem, mais ou menos, a 40% de todos os impostos pagos; e inclusive para a seguridade ficam na mão de 1 milhão. E 1 milhão, para uma população de 160 milhões, corresponde a 0,6 ou 0,7%: 0,6% da população controlam 40 bilhões de reais! E querem que o Presidente da República bata palmas e diga que não tem que fazer nada na administração, porque ele é algoz. Algoz de quem? Algoz do povo é quem não toma conta desses problemas que têm que ser resolvidos.

Respeitem-se os direitos, mas não os abusos. Faça-se o que é necessário para que haja aquilo que é necessário. O funcionário deve receber um salário digno. E, devo dizer, o que mais me espanta é que esses 40 bilhões não resultam em bem-estar da população de funcionários, porque aí dentro há também uma concentração. A massa não recebe quase nada. Há uma concentração de vantagens, de privilégios. E isso não pode mais.

Isso também faz parte do mesmo espírito que o Governador Arraes falou aqui, da mudança das práticas da Administração, do entrosamento do Governo com o País. Também faz parte dessa nova mentalidade do Brasil de não aceitar privilégio. E isso não pode ser uma palavra dita, simples retórica. Tem que ser um ato.

E esse ato se consubstancia em emendas que o Governo manda ao Congresso, que poderá modificá-las para melhorá-las, aperfeiçoá-las; e no voto corajoso, com o qual cada deputado, cada senador vai pensar no País, e não, simplesmente, em alguém que, eventualmente, grite numa galeria. Homem público que não tem a condição de votar de acordo com a sua convicção, ainda quando em volta estejam protestando, não é homem público. Homem público que cede ao primeiro grito não é homem público. Homem público que grita a toda hora, só para fazer de conta que tem força, também não é homem público.

O mundo é outro. O mundo – repito e termino por aí – é o do convencimento, é o da convicção, é de termos objetivos claros, é de juntarmos forças, é de dialogarmos. Mas uma vez, tendo-se a convicção, tendo-se o objetivo claro, vamos dialogar sem bazófia.

Temos que perseverar. Temos que continuar criando as condições para que o povo realmente sinta que os seus anseios estão sendo encaminhados.

Esta manhã, eu felicito o Ministro José Serra, felicito o Fundo de Garantia; os membros dele, o Ministro do Trabalho, o Dr. Cutolo, que está fazendo uma reforma na Caixa Econômica – ele sabe das dificuldades que enfrentou e que eu sustento, e continuarei sustentando, porque está, também, na mesma direção; como também sustento o Presidente do Banco do Brasil, que, quando faz um programa correto, que oferece a possibilidade de uma alternativa, o funcionalismo aceita. Está certo. Nós temos que enxugar as instituições.

Felicito essa gente toda que está trabalhando e que, muitas vezes, é vítima de incompreensões, de dificuldades que não têm porquê, porque basta conversar que se esclarecem. Quando não, são vítimas de acusações vagas, que são as piores, porque não se têm nem como dizer que não é verdade. Fica uma dúvida pairando no ar.

O Presidente da República conhece esses companheiros de trabalho. Confia neles, como confia nos Governadores e nos membros do Fundo de Garantia. E tem certeza de que, com essa tranqüilidade que, por sorte, nós temos hoje, de poder ter uma convivência democrática no Brasil, nós vamos seguir adiante.

Quero agradecer, mais uma vez, o trabalho do Ministro Serra e dos demais colaboradores, especialmente da Secretaria da área pertinente, e dizer, Senhores Governadores: isso é apenas um começo. Vamos continuar. E, como eu disse no meu discurso no Senado: o Brasil vai dar certo! Conto com vocês!

Muito obrigado,